

## **AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO:**

o caso dos atingidos pela barragem Serra do Facão- rio São Marcos - Sudeste Goiano

**Jaqueline Vaz da Silva**

Graduanda do Curso de Geografia Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão

E-mail: jaquelinegeo@bol.com.br

**Helena Angélica de Mesquita**

Professora Doutora do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão.

E-mail: helena@wgo.com.br

**Resumo:** O projeto de pesquisa “As estratégias de resistência camponesa contra a expropriação: o caso dos atingidos pela barragem Serra do Facão – rio São Marcos, sudeste goiano”, visa discutir o secular processo de expropriação a que está sujeito o campesinato brasileiro e mais recentemente a agudização do problema com a expansão do modelo energético brasileiro que, ao construir imensos reservatórios, inunda terras férteis que estão ocupadas por pequenos produtores. Mas o processo não é pacífico visto que os expropriados estão sempre se organizando e reivindicando o acesso à terra ou em luta para não sair da terra, com é o caso em tela. Assim, se estabelecem os conflitos que são a marca do campo brasileiro ao longo de toda a nossa História. O texto pretende identificar as principais estratégias de resistência dos camponeses contra a expropriação, e visa garantir o registro da memória deste seguimento social, além de conhecer o processo histórico de luta pela terra no Brasil, identificando o papel dos movimentos sociais que atuam na luta pela terra com o MST, MAB e o MPA. No caso de Serra do Facão as pesquisas já realizadas evidenciam que está em curso a explicitação do modelo. A pesquisa é desenvolvida através de revisão bibliográfica sobre o modelo energético, geopolítica e os movimentos sociais, procurando compreender a correlação de forças presente no processo.

**Palavras-chave:** Estratégias de resistência. Hidronégocio. Camponeses.

### **Introdução**

Este trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa “Expropriados da Barragem Serra do Facão – Rio São Marcos: uma trajetória de incertezas” que vem sendo desenvolvido desde 2002 e tem como proposta acompanhar o processo de implantação da Barragem Serra do Facão no Rio São Marcos, sudeste goiano. A Barragem atingirá propriedades nos municípios de Catalão, Campo Alegre, Davinópolis, Ipameri e Cristalina, em Goiás, e Paracatu em Minas Gerais, causando graves efeitos sociais e ambientais. A população atingida, desde 2002 vêm elaborando estratégias de resistência à expropriação da terra, do trabalho, de cultura e de valores sociais. A migração compulsória atingirá mais de 300 famílias e os atingidos se negam a sucumbir, se organizam em movimento de luta, integrando ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A luta é contra o modelo energético brasileiro, que favorece a concentração de capital e gera exclusão social. Esta luta é construída com apoio de varias entidades dentre elas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), MAB, do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Catalão (STR), Associação dos Geógrafos Brasileiros – (AGB - Sessão Catalão) e do Curso de Geografia - Universidade Federal de Goiás/Campus de Catalão.

## **Lutas pela terra no Brasil**

Nas áreas de Cerrado, a transformação gerada pela aproximação da indústria e a agricultura, ocorrida na década de 1970, gera a formação da Agroindústria com integrações intersetoriais e a especialização das atividades (monoculturas) e também a utilização intensiva de máquinas e insumos resultante e resultado da modernização da agricultura, expressão da revolução verde<sup>1</sup>. Apesar disso, a pequena propriedade e o campesinato ainda resistem e, ao contrário do que previam alguns estudiosos como de Kautsky, ainda se nota a sua marcante presença, mantendo relações de trabalho não capitalistas, contraditoriamente desenvolvidas dentro deste modo de produção. Apesar da grande concentração fundiária existente no país, o campesinato encontra formas para se reproduzir através do manejo da terra que produz grande parte dos alimentos que consome, garantindo sua sobrevivência. Como explica Oliveira:

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção no campo e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (OLIVEIRA, 1986, p. 68)

Assim, apesar das diversas formas que o capital usa para expropriar o camponês<sup>2</sup> de suas terras, os mesmos criam formas de retornar a ela, através do arrendamento e também através da luta nos Movimentos Sociais. Além disso, há forte resistência expressa na luta para não perder a sua terra, lugar que possui grande valor, não necessariamente econômico, mas valores insubstituíveis para muitos.

As lutas pela terra são marcas do processo de ocupação do território brasileiro, baseado na concentração de terras, e no modelo de desenvolvimento adotado. Luta de índios, escravos negros, posseiros sempre reprimidos de forma extremamente violenta. Muitos dos militantes de movimentos sociais foram assassinados, ou “desapareceram”. Oliveira (1989) relembra algumas lutas no campo:

---

<sup>1</sup> A revolução Verde surgiu com o discurso de aumentar a produção de alimentos para diminuir a fome, assim foi introduzida nova forma de produção intensiva, com utilização de elevada mecanização e uso intensivo de insumos químicos.

<sup>2</sup> Para Pessoa (1999) Camponês é um trabalhador rural que produz para o sustento de sua família, podendo vender ou não o excedente.

Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo no país. São memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista. São também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas perante o temor de uma destruição inevitável. (OLIVEIRA, 1989, p.17)

Como se pode perceber são muitos movimentos que reúnem aqueles que foram expropriados e que buscam conseguir outras terras para reprodução de suas famílias, além disso, reivindicam a Reforma Agrária, através da redução da concentração de terras improdutivas e devolutas. Além de movimentos que buscam o retorno á terra, há também aqueles que lutam contra a expulsão da terra, contra a expropriação, como é o caso que está sendo estudado neste projeto. Os moradores do vale rio São Marcos, onde está sendo construído a barragem Serra do Facão, sabem que está em curso um processo de migração compulsória daquelas pessoas que possuem fortes laços com seu espaço de vivência. Essa expropriação é causada pelo modelo energético brasileiro, no qual a principal fonte de energia é a hidrelétrica, gerada a partir da construção de grandes barragens que inundam terras férteis.

As grandes barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE) provocam expropriação de pequenos proprietários de terras. Nas construções, sejam elas públicas ou privadas, os empreendedores não dão importância aos efeitos sociais que elas provocam. As populações atingidas são deixadas em segundo plano pelas empresas construtoras e pelo Estado, que não vê a importância daquele ambiente para o camponês, como mostra Sigaud, (1988) na análise dos impactos gerados pela barragem de Sobradinho, construída no rio São Francisco, que deslocou cerca de 60.000 pessoas.

O não reconhecimento do papel econômico da pequena produção que, além de assegurar a subsistência do próprio produtor e de sua família, ainda abastecia os mercados urbanos da região [...] A imprevidência do Estado aí sim se revela na sua incapacidade de perceber que a proposta de afastar da área 4.000 pequenos produtores provocaria uma elevação dos preços dos alimentos na área, que teriam então que ser trazidos de fora da região, o que parece ter ocorrido segundo dados de Tallowitz (1979). Por outro lado a exclusão da solução irrigada, única forma de restituir a população o que dela seria tirado com a inundação das terras naturalmente fertilizadas pelo rio, revela a discriminação do Estado em relação aos “barranqueiros”, não apenas percebidos, como tratados enquanto cidadãos de segunda categoria. (SIGAUD, 1988, p. 100 e 101)

Além do exemplo de *Sobradinho* há várias barragens, como *Cana Brava e Serra da Mesa*, em Goiás, que foram construídas se repetindo o descaso com os atingidos. Por

isso, os atingidos por barragens se organizam em movimentos de resistência á expropriação. No caso de sobradinho a resistência foi limitada e não conseguiu impedir a desestruturação de sua organização social. Segundo Sigaud, (1988) a organização sindical era fraca, faltava formação de base, e a Igreja começa a atuar, efetivamente na área, apenas no fim do processo. A Igreja Católica via Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem tido papel relevante na estruturação das lutas de resistência camponesa, desde a sua criação em 1975.

### **O caso da Barragem Serra do Facão**

O caso focalizado neste trabalho é a Barragem Serra do Facão (potencial de 210 mega watts) em construção no rio São Marcos, sudeste de Goiás, na bacia do Alto Paraná. A barragem está em obras, embora a Licença de Instalação (L I) tenha sido suspensa por mais de dois anos, por força da ação do movimento popular contra o empreendimento. Mas teve a sua L I renovada por mais três anos a partir de outubro de 2006. Os atingidos se organizaram em movimento de resistência. A criação do movimento popular contra a barragem Serra do Facão é fruto de encontros de formação, reuniões realizados com a participação de alguns professores e estudantes do curso de geografia, do Campus de Catalão, membros da Igreja Católica, Sindicatos, AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), a própria CPT e outras entidades que participam junto aos atingidos no movimento de resistência.

Os atingidos estão conscientes de que esta é uma luta árdua e que correm o risco de perderem tudo que foi construído na terra através do seu trabalho. O movimento ainda precisa se fortalecer muito para ganhar esta causa (preservação de seu modo de vida e do rio São Marcos). Os professores vinculados a AGB – sessão Catalão, se debruçaram sobre o Estudo de Impacto Ambiental /Relatório Impacto Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento e detectaram grandes falhas. A partir deste estudo organizaram um documento de denúncia á precariedade do EIA/RIMA. O documento foi encaminhado a vários órgãos e entidades vinculadas ao setor, inclusive no Ministério Público Federal (MPF) que acatou e solicitou novos estudos que foram realizados pela 4ª Câmara Federal do Meio Ambiente. Os peritos da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) fizeram a vistoria e emitiram uma Informação Técnica (laudo) que comprovou a validade das informações contidas no documento dos professores. A Informação técnica nº. 185/2004, conclui que:

Os aspectos levantados e discutidos nessa informação técnica, em especial a conspicuidade, da biodiversidade ictiofaunística da bacia do rio São Marcos, o desaparecimento de espécies endêmicas e desconhecidas da ciência decorrentes do barramento, a dificuldade na manutenção ou formação de corredores de fuga e dispersão da fauna, a forte tendência de estratificação e eutrofização da água do reservatório, o alagamento de terras agricultáveis e a retirada de famílias que mantém estreita relação com a ambiente natural, nos forçam a concluir que o aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, tal como e locado, ocasionara grave dano socioambiental. (Informação Técnica nº. 185/2004, 74p.)

Não apenas a conclusão da informação técnica denuncia o problema da barragem Serra do Facão, mas todo o documento mostra os graves efeitos que a construção causará ao ambiente e a sociedade e critica a precariedade do EIA/RIMA.

Além da barragem Serra do Facão, estão projetadas mais três barragens para o rio São Marcos: Novo Mundo (67 MW), Paraíso (41 MW) e Batalha (81 MW). O vale do rio que possui biodiversidade rica, bem preservada, além das espécies endêmicas, conforme comprova a Informação Técnica da 4ª Câmara, se transformará em uma sucessão de lagos, reproduzindo o modelo energético brasileiro que se expande com seu caráter autoritário, concentrador e excludente.

Com o processo de privatização, ocorrido no governo FHC a construção de grandes barragens para a produção de energia e distribuição foi para as mãos da iniciativa privada, tornando as hidrelétricas, nos rios do Cerrado um “hidronégocio”, que juntamente com o agronegócio vem causando destruição ao Bioma Cerrado e prejuízo aos “povos cerradeiros”<sup>3</sup> que já passaram por um processo de expropriação que ocorreu com a expansão da fronteira agrícola. Os camponeses que foram expulsos das áreas mais planas pelo agronegócio agora vivem na iminência de serem novamente expulsos pelo hidronégocio. Assim temos uma nova modalidade de expansão do capital.

Como analisa Carvalho (2002) a privatização:

Antes das privatizações, grande parte da receita operacional desses projetos era reinvestida na modernização e expansão do próprio sistema elétrico. O sistema funcionava e produzia muito bem. Sua privatização não contribuiu para expandi-lo, nem pra melhorar a qualidade dos serviços oferecidos ao público, ainda mais porque, sendo estatal, o sistema não era concentrador de renda e não remetia lucros ao exterior. (CARVALHO, 2002, p. 103.)

A construção de barragens visa conseguir lucros cada vez mais altos e não respeita as populações atingidas. A energia é mais uma mercadoria que gera lucros, apesar do discurso do “interesse público”. É necessário gerar energia para ter “desenvolvimento”, mas esse

---

<sup>3</sup> Mendonça (2004) trabalha com este termo para se referir ao homem, aos povos que vivem no Bioma Cerrado.

modelo energético não gera desenvolvimento para todos, apenas para certos grupos econômicos e, em alguns casos, produção para o próprio consumo das empresas, das indústrias eletro-intensivas (produtoras de alumínio, siderúrgicas, papel e celulose), como a ALCOA Alumínio SA uma das maiores líderes na produção e transformação de alumínio que é estadunidense. Dessa maneira os interesses maiores na produção de energia se tornam privados e não públicos.

E a barragem Serra do Facão está inserida nesse modelo. O Grupo de empreendedores da barragem Serra do Facão antes formado pelas Empresas Associadas Serra do Facão (GEFAC): Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), a Alcoa Alumínio S. A., DME Energética Ltda., e Camargo Corrêa, empresas que consomem muita energia. Este grupo de empreendedores teve modificações passando para Sociedade de Propósito Específico - România, constituída por Furnas Centrais Elétricas, Alcoa, Departamento Municipal de Poços de Caldas e Camargo Corrêa, porém continua composto por empresas eletro-intensivas, e o contrato de concessão deixa claro que a energia produzida pode ser comercializada ou utilizada por estas empresas.

Em Catalão (GO) e região, os atingidos pela barragem se organizam como em várias partes do Brasil no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em um Movimento de resistência, que não se restringe à luta para garantir os direitos dos atingidos, mas também critica o modelo energético adotado no Brasil, discute as novas fontes de energia alternativas, que precisam de investimentos. Por exemplo, a energia Eólica (estados do Ceará, Rio de Janeiro, Paraná, Rio grande do Sul tem alto potencial.), Solar (com alto Potencial na Bacia do rio São Francisco), a Biomassa (aproveitando o Bagaço da Cana-de-açúcar, a casca de arroz, resíduos de papel, celulose, entre outros.), além de outras soluções como a redução das perdas de energia durante a transmissão e distribuição (de 15%, enquanto o padrão internacional é 6%), repotencializar usinas com mais de 20 anos.

As barragens antigas possuem turbinas obsoletas que poderiam ser substituídas por turbinas novas para aumentar sua potência em valores significantes como pode ser comprovado pelo estudo realizado pelo IEE/USP em 1998, nas usinas do rio Tietê, Pardo e Grande, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Avaliação do acréscimo na potência instalada por modernização das hidrelétricas								
Usina/ Configuração	Potência Instalada MW	Energia Assegurada			Fator Capac. Médio (%)	Repotenciação (MW)		
		2000 MW/ méd	2001 MW/ méd	> 2002 MW/ méd		N Ponta (+3%)	Potência (+10%)	Total
Tietê 1-4x35.2 /Kaplan	140.8	40	40	45	31,97	4.2	14.1	159.1
Tietê 2-4x47.7 /Kaplan	143.1	60	60	66	46.12	4.3	14.3	161.7
Tietê 3-4x43.8 /Kaplan	131.4	69	69	74	56.28	3.9	13.1	148.4
Tietê 4-4x88.0 /Kaplan	264.0	92	92	104	39.39	7.9	26.4	298.3
Tietê 5 -4x115.8/Kaplan	347.4	132	132	139	40.01	10.4	34.8	392.6
Pardo 1-2x40.2 / Francis	80.4	34	34	33	41.04	2.4	8.0	90.8
Pardo 2-4x27.2 / Francis	108.8	49	49	49	45.04	3.3	10.9	126.0
Pardo 3-2x16.0 / Kaplan	32.0	14	14	15	46.88	1.0	3.2	36.2
Grande1-6x232.7/Francis	1396,2	794	794	746	53.43	41.9	139.6	1577.7
Total	2644.1	1284	1284	1271	48.07	79.3	264.4	2987.8
Estimativa de acréscimo na potencia instalada 343.7 MW								

Fonte: Branco, 2002, p.216. (Estudos internos de repotenciação de Usinas do rio Tietê, Pardo e Grande – IEE/ /USP/ 1998)

Como podemos verificar nos dados da tabela acima, estima-se um acréscimo de 343,7 MW da potência já instalada nestas barragens sem a necessidade de novas construções e sem provocar mais prejuízos ambientais (desestruturação de ecossistemas) e sociais, com rompimento de teias centenárias de relações sociais. Assim, a reponteciação e o investimento em outras fontes como eólica, solar e biomassa se mostra mais econômico e menos predatório, além de diversificar a matriz energética. A geração de energia hoje está centrada nas hidrelétricas. Insistir nesse modelo de utilização de grandes barragens, que expulsa milhares de camponeses de suas terras e destrói ecossistemas inteiros em um país com milhões de sem terra e de populações famintas e em tempo de Aquecimento Global, é insistir em uma política equivocada e subserviente ao grande capital internacional. É preciso destruir o mito de que as hidrelétricas são fonte limpa e renovável de energia, já que provocam aumento do desemprego através da expropriação das famílias atingidas e ainda destrói a fauna e flora existentes.

### Novas formas de resistência no vale do rio São Marcos

Alguns pequenos proprietários iniciaram o cultivo do milho crioulo<sup>4</sup>, se tornando integrantes no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que se instalou a dois anos na região, dando auxílio e assistência, contribuindo para o fortalecimento dos camponeses,

<sup>4</sup> Milho crioulo é o milho que não é híbrido, sendo que suas sementes podem ser utilizadas para o plantio de outras lavouras sem prejuízo do rendimento e a qualidade da produção.

com a implantação as técnicas de produção mais sustentáveis, baseadas na agroecologia, diminuindo a utilização de insumos químicos. É a autonomia dos camponeses em relação a produção de suas próprias sementes de milho.

Em 2006 foi realizado o “III Seminário Hidrelétricas nos Rios do Cerrado: Prejuízos Sociais e Riscos Ambientais do Atual Modelo Energético Brasileiro”, organizado pela coordenação de extensão e cultura (UFG/CAC), o GETeM (Grupo de pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais), e o MAB, quando foi discutido o Modelo Energético, a construção de barragens nos rios de Cerrado e o preço da energia. Este evento teve participação dos atingidos pela barragem Serra do Facão, pois os mesmos sabem da necessidade levar esta discussão para a sociedade, para questionar o discurso de que a energia produzida através de AHE é limpa e renovável.

Pesquisas realizadas comprovam como vem sendo tratados os atingidos. A construção de barragens vem se tornando uma “fábrica de sem-teto e sem terra”, como mostra o depoimento de um atingido pela barragem de Cana Brava:

O processo de negociação da empresa com os atingidos pela barragem Cana Brava ele se veio dando depois das mobilizações, quando os atingidos concreto se uniram e partiram pra luta, né? Ocupando o espaço da barragem fazendo aqueles protestos contra a barragem lá aí começou a se deslanchar, começou a onda o processo de negociação lá na cidade de Minaçú. Quando foi no período da construção a gente não tinha mobilização, a gente não sabia como mobilizar, inclusive depois do fechamento da barragem a gente descobrimos que nós era atingido por barragem, que nós era membro de um movimento MAB. Nós se unimo, né? Discutimo, buscamos força pra poder andar, da seguimento no nosso processo, antes de acontecer da pessoa, se uni e forma o MAB na região se dava de algumas pessoas entravam na justiça por um processo pelo advogado, pra vê se recebia, mas ninguém que entrou com processo não recebeu. (S. R. Participante do MAB, reunião dos atingidos - 14/03/2007)

Os efeitos sociais causados pelas barragens são dolorosos para população. Além disso, os efeitos ambientais como a destruição da fauna, flora, perda de equilíbrio de ecossistemas, grande liberação de gases (metano, gás carbônico) nos lagos devido a decomposição de material orgânico e a perda da qualidade da água são irreversíveis. Assim, são necessárias discussões sobre o modelo energético apontando novas fontes de energia e repotenciamento das usinas antigas, visando causar menos danos a natureza e as populações que vivem nos vales dos rios.

No Cerrado os efeitos são ainda maiores, pois é nos vales dos rios que o bioma se encontra preservado, pois a ocupação das chapadas pela agricultura moderna provocou a degradação além de expulsão de camponeses. Estas áreas de preservação encontram



concentradas predominantemente em vales de rios. Assim a proposta de transformação dos vales em represas para AHE põe em risco a fauna e flora do Cerrado, e também os “povos cerradeiros” (Mendonça, 2004) que garantem sua sobrevivência pelo que produzem em suas terras.

A história de resistência dos camponeses do São Marcos iniciou em 2002, após a empresa empreendedora ganhar a L I, ou seja, a autorização para construir a obra. Neste momento os camponeses recebem a notícia de que a barragem seria construída e que suas terras seriam alagadas. Muitos não se conformaram e iniciaram a resistência, pois não acreditavam nas promessas da empresa sobre a indenização pelas suas terras e benfeitorias. Geralmente quando os empreendedores da barragem se manifestam sobre a compra das terras apresentam preços muito baixos.

Entre alguns dos donos das propriedades, existiam aqueles que esperavam ganhar muito dinheiro vendendo suas terras pra o GEFAC, mas a maioria queria permanecer nas terras, pois para eles nada paga a perda de lugar onde nasceram e vivem hoje.

Assim iniciou o movimento de resistência em 2002 e nos anos de 2002 á 2004 foram realizadas muitas mobilizações, atos públicos, reuniões, audiências públicas, mobilização junto ao Ministério Público que ajuizou Ação Civil Publica pedindo suspensão da licença (L I) e anulação do EIA. A última ação até o momento não foi julgada. Mas o tribunal federal autorizou o início das obras. Com o início do movimento de resistência os atingidos foram aos poucos voltando ao cotidiano em suas propriedades, onde continuaram trabalhando e voltando a investir, já que haviam deixado de investir depois da visita de funcionários que estavam fazendo o cadastro para a empresa, que os advertiu que nada mais que fosse realizado seria indenizado.

Mas o movimento se desarticulou com a suspensão das obras, e somente com a notícia da renovação da L I por mais três anos, se “sacudiram” os ânimos e voltaram a ver que a ameaça continuava e agora mais forte. Neste momento vêm realizando reuniões, para discutir e definir as ações a serem realizadas nesta nova fase, quando se reorganizam no movimento de resistência. Os camponeses do vale do rio São Marcos estão preocupados com seu futuro. Por isso continuam se articulando em movimento de resistência, procurando formas para impedir que esta barragem seja construída ou para que não tenham seus direitos dilacerados como tem acontecido nas barragens já construídas.

### **Considerações finais**

O vale do rio São Marcos possui terras férteis que garantem o sustento de centenas de camponeses que lá residem a várias gerações. Nas suas propriedades produzem boa

parte do alimento que consomem, e o excedente, vendem nas cidades próximas, em feiras, e adquirirão o que não produzem. Por exemplo, em uma propriedade estudada anteriormente dentro do projeto, na comunidade Forquilha, município de Catalão e que será inundada, há grande diversificação de cultivos, muitas árvores frutíferas, hortaliças, lavoura de arroz, feijão, abóbora e milho, dentre outras, também possui criação de porcos, galinhas e vacas leiteiras, produzindo queijo, que é comercializado em Catalão. A diversidade de cultivos caracteriza a produção camponesa e a diferencia do agronegócio que se expande em monocultivos predatórios e degradantes ambientalmente.

Enquanto as grandes propriedades plantam em grandes áreas, monoculturas como a soja, destinada para exportação, as pequenas propriedades garantem a produção dos alimentos básicos que são consumidos pela população. Como demonstra os dados organizados por Oliveira (1995/6) no censo Agropecuário do IBGE. Produtos como o leite as pequenas são responsáveis por 71,5% da produção, 87,6% dos suínos e 87,7% das aves abatidas. As médias propriedades com a produção de 26,6% do leite, 11% dos suínos e 87% de aves abatidas. Já as grandes propriedades com 1,9% da produção do leite, 1,7% dos suínos e 0,8% das aves abatidas, mostrando que as pequenas e médias produzem grande parte dos alimentos, apesar dos créditos e fomentos serem direcionados, principalmente, para os grandes latifundiários e suas empresas rurais.

O modelo energético é baseado na construção de barragens para AHE, causa a desestruturação deste modo de vida camponês, deixando famílias sem trabalho e meios de garantir sua subsistência. Quais as soluções apresentadas pelo modelo para este segmento social? Por que não investir em novas fontes de energia que causem menos impactos sociais e ambientais?

## REFERÊNCIAS

APUZZO, C. B.; PONTES, B. M. S.; **A Fronteira Amazônica: o reverso das estratégias governamentais**. Natal: EDUFRRN, 1996.140p.

BRANCO, A. M (org.). **Política energética e crise de desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 285p.

CPT. Fiel ao Deus dos Pobres a serviço dos pobres da Terra. Texto base do II Congresso Nacional da CPT (14 a 18 de junho 2005, cidade de Goiás - GO), p. 104.

FERNADES, B. M. **MST**. Formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Vozes, 1995.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**. Um caso em Catalão - Goiás. 1992. 186 p. Dissertação (Mestrado em histórias das sociedades agrárias) - Instituto de ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

\_\_\_\_\_. As barragens para Aproveitamento Hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. **UFG Revista** Goiânia, Ano VII, n. 1, p. 21-24, Junho, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.101p.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: editora UFG, 1999. 351p.

REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. (orgs.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. da UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001. 200p.

ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (coord.) **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. 199p.

[www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

[www.alcoa.com/brazil/pt/home.asp](http://www.alcoa.com/brazil/pt/home.asp)